

Fev/2015

CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS

Ata da Assembléia Ordinária do Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas

Ao décimo dia do mês de fevereiro de 2015, às 09:00, na sala de reunião do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do Estado do Paraná – SINEPE-PR, na Rua Guararapes, 2028, Vila Izabel, Curitiba/PR realizou-se a presente Assembleia Ordinária. Iniciou-se a reunião com a apresentação dos membros e com a síntese da proposta de trabalho pela SESP, em decorrência da transição, através da assessora Rosane Ferrante Neumann. A gestão do SINEPE garantiu a abertura para participação na temática e informou sobre a capilaridade do trabalho com veículos de comunicação para mais de 11 mil pessoas e mais de 700 associados colocando a estrutura a disposição e destacando a importância dos trabalhos sobre drogas dentro das instituições particulares de ensino. O Presidente Douglas Sabatini Dabul reiterou a importância das reuniões itinerantes do Conselho como forma de fortalecer o diálogo e destacar que cada participante possui uma contribuição central para a execução das ações do CONESD, permitindo-se que as instituições representadas atinjam, com as reuniões, também outras pessoas e lideranças. A seguir, a Sra. Rosane Ferrante Neumann apresentou-se como representante da Secretaria de Estado de Segurança Pública. Afirmou que ainda não houve definição sobre a estrutura dentro da SESP mas que provavelmente será estruturado um Departamento específico para a política sobre drogas. Afirmou que a presença no Conselho também se dá para tranquilizar a todos que a área de prevenção irá existir. Não serão abandonados projetos que já haviam sido iniciados pela SEJU e serão criados novos projetos para dar prosseguimento a construção da política. Aberta para perguntas ao colegiado pontuaram-se os seguintes principais pontos que ficaram de ser respondidos por um representante da SESP na reunião ordinária do mês de março de 2015: SEED questiona sobre a forma de atendimento dentro da política sobre drogas; o CRP questiona sobre a articulação dos 5 eixos da política sobre drogas dentro da Secretaria de Estado de Segurança Pública, preocupando-se sobre como será realizado o diálogo com o Conselho para que atuem de forma proativa e definindo políticas públicas, destacando-se a importância da mudança do foco para o ser humano como uma conquista em que a inclusão da política dentro de Secretarias de Estado responsáveis diretamente pela área de cidadania e direitos humanos dava um objetivo mais claro sobre este posicionamento; o SINEPE questiona sobre a forma de atendimento nas escolas e se haverá manutenção dos programas; a SEJU questiona sobre a continuidade sobre o levantamento do perfil epidemiológico na população carcerária e sobre o posicionamento da Secretaria em relação ao tratamento a quem porta drogas para uso pessoal dentro dos diferentes eixos da política sobre drogas; a Associação dos Municípios pontua a necessidade de esclarecimentos sobre a razão da mudança de Secretaria e as estratégias governamentais sobre o tema; a SETI pontua a necessidade de realização de uma Conferência Estadual, até hoje inexistente, destacando os benefícios para construção de políticas públicas através da participação social e o

empenho da SEJU no último ano para que esta ocorresse juntamente com a discussão sobre o Plano Estadual sobre Drogas e que devem ser continuadas na SESP; o MPPR questiona sobre o empoderamento do Conselho Estadual na formulação de políticas públicas, destacando-se a necessidade de diálogo entre as diferentes políticas públicas a serem congregadas; a SESA destaca os trabalhos da rede de saúde mental superando modelo hospitalocêntrico para aumentar pontos de atenção no território; o Sindicato dos Jornalistas questiona se já existem propostas estruturadas para o trabalho. Em resposta as perguntas formuladas foi esclarecido que os projetos relativos a SESP, inclusive de Prevenção – Patrulha Escolar e PROERD – serão mantidos nas escolas e que, a exemplo das ações da Secretaria Municipal Antidrogas, manterão trabalhos focados na prevenção, colocando-se a disposição para trabalhos em conjunto com o Conselho mantendo-se permanente diálogo. Diante do caráter recente da transição não há projetos específicos já estruturados, razão pela qual serão discutidos com o colegiado as novas propostas. Repassada a palavra ao representante do CRP, que questionou sobre a possibilidade de consulta prévia para escolha do responsável pela política sobre drogas dentro da Secretaria, o que seria uma demonstração inequívoca da intenção de diálogo. Para a representante da SESP, em resposta, afirma que dizer que o conselho não foi consultado não significa que o conselho não será consultado e que todos conhecem os projetos que já foram realizados na área de prevenção no âmbito da prefeitura pelo atual Secretário Fernando Francischini. O Conselheiro Diogo Busse ressalta o retorno dos trabalhos da OAB dentro da Comissão de Drogas que foi retomado em 2015 e que pretendem interiorizar o debate enquanto diretriz da Presidência da OAB Estadual. Na ocasião também faz um apelo para que trabalheemos com um espírito mais colaborativo afirmando que enquanto o tema não for uma prioridade de gestão trabalharemos de uma forma muito limitada, destacando-se que o grande avanço da sociedade portuguesa não foi o fato de terem transferido a política sobre drogas para a saúde, mas foi quando o primeiro ministro enfatizou a política como prioritária. Na ocasião também questiona sobre a manutenção de políticas relacionadas a direitos humanos dentro dos estabelecimentos penais sobretudo no tocante ao desencarceramento por acompanhar o trabalho na gestão da Secretária Maria Tereza Uille Gomes, solicitando posicionamento específico a respeito da continuidade dos trabalhos. Ainda sobre a transição para a SESP, os representantes dos Municípios de Maringá e Cascavel pontuam que precisam ter uma resposta muito clara do que se vislumbrou para essa mudança da SEJU para a SESP, sendo que o Conselho não discutiu o tema previamente e essa resposta terá que vir da Secretaria sugerindo discutir uma nova visão da polícia comunitária, uma vez que a guarda municipal é patrimonial e se vê muitas atrocidades. Na SEJU se vislumbrou muito o cuidado com o ser humano, de modo que a pessoa que for escolhida para estar a frente desta política na SESP deve ter a preocupação de inseri-la. A Conselheira Cristina Corso Ruaro, por sua vez, enfatiza a importância de empoderar o Conselho sobre Drogas nas políticas públicas no estado do Paraná. Salaria que a abertura que foi dada pela SESP ao MP foi importante e revela boa vontade em dialogar, mas as políticas públicas de uma maneira geral precisam ser congregadas envolvendo o Conselho como órgão participante. Para a Conselheira Lucília, a política sobre drogas deveria estar na saúde, mas o trabalho que vinha sendo desempenhado apresentou avanços, fazendo um apelo no sentido de não retroceder no trabalho já realizado. A questão da prevenção é maior do que tudo e se alguma experiência tivesse dado conta não estaríamos a discutir. Ao longo da gestão

passada foi muito cobrada da SEJU uma conferência estadual para legitimar essa representação e a SEJU tomou a frente para fazer Assembleia para abrir espaço. Alguns serviços rotulam essa população e precisamos ter clareza sobre o conceito de prevenção que será utilizado, o que será muito importante se o atual Secretário pudesse dar clareza sobre as diretrizes dentro da nova pasta. O Conselheiro Douglas Sabatini Dabul pontuou a importância da próxima reunião ocorrer na SESP e da apresentação e diálogo das propostas da SESP. Registra a experiência dentro do Plano Crack em que se vê que não é difícil a interlocução das instituições. Sempre se observou dificuldades entre polícia, assistência social e saúde, o que precisa ser discutido e os agentes da ponta precisam se conhecer. O plano crack veio com a formatação pronta do governo e trouxe bastante inovação que veio sendo amadurecido dentro desta experiência. Antes não havia o consultório na rua, o que para quem atende o Disque 190 consiste em ferramenta importante para garantir o atendimento. Destaca a importância dos acontecimentos ocorridos recentemente no Conselho, mais especificamente no segundo semestre de 2014, em que pela primeira vez houve representação do município no CONESD e uma clara intenção de mobilização para orientar municípios menores e alinhar conselho de segurança pública com os conselhos de drogas. Esta preocupação com a integração de políticas públicas, que é a grande dificuldade, deve ser priorizada e existem muitos espaços para isto. Na sequência, entre documentos recebidos e enviados, foram justificadas as ausências dos Conselheiros Luiz Carlos Hauer, Frederico Ronconi e Maria Virgínia Cremasco. Consta em ata também a manifestação por email no dia 09 de fevereiro de 2014, da Conselheira Araci Asinelli se retirando do Conselho Estadual, conforme segue: *“Sr Secretário Executivo do CONESD - Sr. Presidente e senhores e senhoras Conselheiros. Por estar em férias, justifico minha ausência. Também, conforme comentado qd da exigência da SESP de assumir para sua pasta a Diretoria de Políticas sobre Drogas e o próprio CONESD, sem ouvir seus membros, eu estarei solicitando à Reitoria da UFPR a minha substituição junto ao Conselho. Esse e os fatos que acompanharam a entrega da carta do CONESD e de algumas instituições da Sociedade Civil aos Senhores Deputados me dão a certeza de que esse não é mais o meu lugar. Obrigada a todos e todas por me permitirem, em algum momento, sonhar com políticas efetivas sobre drogas à luz dos Direitos Humanos e merecer seu apoio e confiança. Sinto decepcioná-los. Mas estarei junto enquanto profissional da prevenção atuando em minha instituição de origem e junto aos movimentos sociais. Sucesso e excelente ano de atividades. Há muito por fazer, mas não me submeto a esse modelo de gestão do estado. A profa. Dra. Maria Virgínia Filomena Cremasco assume a posição de Conselheira Titular e aguardamos a indicação do Magnífico Reitor para o/a representante suplente da UFPR. Abraços. Araci Asinelli da Luz”*. Prosseguindo-se com a pauta foi ressaltado pela SEJU a existência de acervo de livros e documentos a serem inventariados, bem como o levantamento de bens móveis adquiridos especificamente para a política sobre drogas que devem ser transferidos quando disponibilizado espaço apropriado. Em relação aos documentos foi proposto a constituição de colegiado para inventário dos bens relevantes, o qual foi composto pelos Conselheiros Diana Lima e Silva, Hellen Oliveira Carvalho, Luis Aparecido Balan, Carlos Eyerstoff e Luciana, sendo convidado a participar o Sr. Jonatas David de Paula. Na mesma ocasião foi retomada a intenção da SEJU em enviar para a Assembleia Legislativa projeto de lei formalizando a existência do CONESD, o que acabou não obtendo êxito em razão de equívocos ao longo da

